

## ACTA Nº06/2005

**----- ACTA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OURÉM, EM SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA A DEZOITO DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E CINCO. -----**

----- Aos dezoito dias do mês de Novembro, do ano de dois mil e cinco, pelas quinze horas, reuniu, em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal de Ourém, no Cine-Teatro Municipal de Ourém, convocada nos termos alínea b) do Artigo quinquagésimo quarto da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro e ao abrigo do número um do Artigo quinquagésimo do mesmo diploma legal, conforme anúncio público afixado por **Edital, de 10 de Novembro do ano de dois mil e cinco**, com a seguinte:--

**-----ORDEM DE TRABALHOS: -----**

-----**01** – Apreciação e votação das actas nº04/2005 e n.º05/2005 referentes às sessões ordinária e extraordinária da Assembleia Municipal realizadas respectivamente em 2005.09.23 e 2005.10.21; -----

-----**02** – Leitura resumida do expediente; -----

**----- 03- ORDEM DO DIA -----**

-----**03.01** – «*Constituição de Grupos Municipais*» – nos termos do art.º46º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

-----**03.02** – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal relativa ao «*Regulamento de Instalação dos Estabelecimentos de Hospedagem – alteração*», nos termos da alínea a), do n.º2, do art.º53º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

-----**03.03** – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal relativa ao «*estatuto remuneratório das Empresas Municipais*», nos termos da alínea l), do n.º2, do art.º53º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

-----**03.04** – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para proceder à «*1ª revisão ao Orçamento de Receita e Despesa e 1ª revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e Actividades mais relevantes, para o ano económico de 2005*», nos termos da alínea b), do

n.º2, do art.º53º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro ; -----

-----**03.05** – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para proceder à «*contratação de empréstimo de longo prazo, no valor de 912.776,42€, para projectos co-financiados pela União Europeia através do Eixo I do PORLVT*», nos termos da alínea d), do n.º2, do art.º53º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

-----**03.06** – Eleição de «*um representante das Juntas de Freguesia do município na Assembleia Distrital e outras representações*» – nos termos da alínea b), do art.º2º, do Decreto-Lei n.º5/91, de 8 de Janeiro; -----

-----**03.07** – Período de intervenção aberto ao público. -----  
-----Feita a chamada, verificou-se a presença dos membros da Assembleia Municipal, senhores:-----

-----Albino dos Reis Oliveira; -----

-----Ana Maria Pio da Costa Abreu de Sousa e Silva; -----

-----Ângela Maria Gaspar da Silva Pereira Marques; -----

-----António Ribeiro Gameiro; -----

-----Avelino da Conceição Subtil;-----

-----Carina João Reis Oliveira;-----

-----Constantino da Graça Lopes; -----

-----Deolinda de Jesus Lopes Simões; -----

-----Elias Dias da Silva; -----

-----Filipe de Jesus Janeiro; -----

-----Francisco Caetano;-----

-----Francisco Gonçalo Nunes André;-----

-----Humberto Luís Ferraz Antunes; -----

-----Joana Luísa Abreu de Figueiredo;-----

-----João Pereira Trezentos;-----

-----Joaquim dos Reis Gonçalves; -----

-----Jorge Manuel Reis Heleno;-----

-----José Augusto Dias dos Reis; -----

-----José Custódio Ribeiro Faria;-----  
-----José da Silva Pereira;-----  
-----José Ferreira Vieira;-----  
-----José Maria do Padre Castelino e Alvim;-----  
-----José Maria Henriques de Sousa;-----  
-----Luís de Sousa e Silva;-----  
-----Manuel Lourenço Dias;-----  
-----Manuel Rodrigues Antunes;-----  
-----Manuel Tavares Lopes;-----  
-----Maria Agripina Ferreira Carriço Lopes Vieira;-----  
-----Maria Celeste Gonçalves Henriques;-----  
-----Maria Natália de Sousa Freire Nunes;-----  
-----Mário João de Oliveira Santos;-----  
-----Natálio de Oliveira Reis;-----  
-----Orlando Sérgio Palmeiro Calado Cavaco;-----  
-----Rui Pedro Marto Pereira;-----  
-----Sérgio José Ferreira Ribeiro;-----  
-----Sérgio Manuel Gameiro Fernandes;-----  
-----Valdemar Pinheiro de Oliveira.-----  
-----Não compareceram, tendo justificado a respectiva falta, os membros da Assembleia Municipal, senhores:-----  
-----António Marques das Neves;-----  
-----Francisco António Dias Vieira;-----  
-----Deu início aos trabalhos desta sessão extraordinária da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal que, após a verificação da existência de quórum, declarou aberta a sessão, pelas quinze horas e quinze minutos, tendo, de imediato, apresentado as boas vindas ao Executivo Camarário, que nos termos do número três do artigo quadragésimo oitavo, da Lei número cento e sessenta e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, se fez representar por parte dos seus membros, conforme se especifica:-----  
-----Senhor Presidente da Câmara:-----

-----David Pereira Catarino. -----  
 -----Senhores Vereadores em regime de permanência:-----  
 -----Humberto Lopes da Piedade; -----  
 -----João Manuel Moura Rodrigues; -----  
 -----Vitor Manuel de Jesus Frazão. -----  
 -----Compareceram os Vereadores em regime de não permanência, senhores: -----  
 -----José de Oliveira Fernandes; -----  
 -----José Manuel Pereira Alho; -----  
 -----Nuno André Oliveira Mangas Pereira. -----  
 -----De seguida, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos desta sessão extraordinária, conforme Ordem de Trabalhos previamente estabelecida. -----

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**01 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS Nº04/2005 E N.º05/2005 REFERENTES ÀS SESSÕES ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADAS RESPECTIVAMENTE EM 2005.09.23 E 2005.10.21.** -----

-----Seguidamente, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu à apreciação, do plenário, as citadas actas, cujos textos foram, previamente, distribuídos a todos os membros da Assembleia Municipal: -----

**----- Acta número quatro barra dois mil e cinco, referente à sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada a vinte e três de Setembro do ano de dois mil e cinco. ---**

-----Face ao exposto registou-se a seguinte intervenção por parte do membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO**, foi da opinião de que esta acta deveria ter sido votada no mandato anterior dado que muitos dos actuais membros constituintes do plenário não são os mesmos. -----

----- **Não se registando mais nenhum pedido de esclarecimentos, foi a acta submetida à apreciação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com quinze abstenções, dada a ausência na referida sessão.** -----

**----- Acta número cinco barra dois mil e cinco, referente à sessão extraordinária da Assembleia Municipal, realizada a vinte e um de Outubro do ano de dois mil e cinco. -----**

-----Seguidamente, registaram-se as seguintes intervenções por parte dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO**, apresentou a seguinte rectificação (o sublinhado) à primeira parte da sua intervenção produzida na página seis: “... de Almada Negreiros denotam necessidade de todos se consciencializarem das funções para que foram eleitos. -----

... Assembleia Municipal na qualidade de órgão fiscalizador, compromisso que afirmou lembrar no restante mandato ao Senhor Presidente. -----

Por fim, citando Saint Exupéry – *meu irmão se diverge de mim, isso nada me prejudica, só me enriquece* – e referindo que do trabalho rico e profícuo de todos deve emergir a luz que ilumina o rumo do progresso e do desenvolvimento, reiterando a intenção de o Grupo Parlamentar do PS levar a cabo um trabalho construtivo, apesar das divergências de cada uma das forças políticas, com assento neste órgão deliberativo, mais informou, citando Séneca – Quem não sabe para onde vai, nunca tem vento favorável – realçando o querer dos eleitos do PS em trabalhar em conjunto, mas afirmando posições políticas alternativas à actual gestão camarária.

Seguidamente, apresentou ... “ -----

= **RUI PEDRO MARTO PEREIRA**, apresentou a seguintes correcção: na página sete, foi o próprio que interveio em nome do Grupo Municipal Democrata Cristão e não o membro da Assembleia Municipal, senhora Maria Celeste Gonçalves Henriques, o que por lapso consta na acta. --- -----

= **MARIA AGRIPINA FERREIRA CARRIÇO LOPES VIEIRA**, apresentou as seguintes correcções: na página quatro, décima oitava linha, onde se lê «... formulas ...» deve ler-se « ... político **fórmulas** ...». -----

----- **Não se registando mais nenhum pedido de esclarecimentos, foi a acta submetida à apreciação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com uma abstenção, dada a ausência na citada sessão.** -----

\*\*\*\*\*

\*\*\*

## **02. LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE.**-----

-----A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu conta da entrada de diversa correspondência, registada no respectivo livro, que passou a ler e que a seguir se especifica: --

-----Ofícios da Associação Nacional de Municípios Portugueses, datados de vinte e sete de Setembro e vinte e cinco de Outubro do ano em curso, remetendo informação acerca do proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2006; -----

-----Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, datado de vinte e oito do transacto mês de Setembro, remetendo informação acerca do seu XV Congresso a realizar nos próximos dias nove e dez de Dezembro; -----

-----Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, datado de dezassete de Outubro do ano em curso, solicitando indicação do Presidente de Junta de Freguesia que representará as Juntas de Freguesia do concelho no XV Congresso daquela Associação; -----

-----Mensagem fax da Junta de Freguesia de Fátima, datada de vinte de Outubro do ano em curso, onde o ex-Presidente da Junta de Freguesia de Fátima, senhor Manuel de Oliveira Graça agradece o convite formulado para a tomada de posse dos novos órgãos autárquicos e deseja a realização de um excelente trabalho por parte dos mesmos; -----

-----Ofício do Partido Comunista Português – Grupo Parlamentar, datado de dezassete de Outubro do ano em curso, remetendo cópia da resposta do Governo ao Requerimento sobre Assinatura de Contratos-Programa no Distrito de Santarém; -----

----- Comunicação da Associação Dinamizadora Regional – ADIRE, datada de cinco de Novembro do ano em curso, agradecendo o convite para a tomada de posse dos novos órgãos autárquicos e bem assim formulando votos para que desempenhem de forma positiva as funções que lhes são confiadas. -----

----- **A ASSEMBLEIA FICOU INTEIRADA.** -----

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**03.01 – «CONSTITUIÇÃO DE GRUPOS MUNICIPAIS» – NOS TERMOS DO ART.º46º-B, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- Seguidamente e no âmbito dos termos legais acima citados, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou de que os membros do Órgão deliberativo podem constituir Grupos Municipais, tendo, para o efeito, questionado o plenário acerca das propostas a apresentar. -----

----- **GRUPO MUNICIPAL SOCIAL DEMOCRATA** -----

= **CARINA JOÃO REIS OLIVEIRA**, em nome do Partido Social Democrata, apresentou o seguinte documento devidamente assinado por todos os elementos constituintes do Grupo Municipal Social Democrata: “O Grupo Municipal Social Democrata integra todos os elementos eleitos pelo PSD. -----

Direcção do Grupo Municipal -----

Líder – **CARINA JOÃO REIS OLIVEIRA** -----

Vice Líder – **ORLANDO SÉRGIO PALMEIRO CALADO CAVACO** -----

Vice Líder – **JORGE MANUEL REIS HELENO.**” -----

----- Albino dos Reis Oliveira; -----

----- Ângela Maria Gaspar da Silva Pereira Marques; -----

----- António Marques das Neves; -----

----- Carina João Reis Oliveira; -----

----- Deolinda de Jesus Lopes Simões; -----

----- Filipe de Jesus Janeiro; -----

----- Francisco António Dias Vieira; -----

----- Francisco Caetano; -----

----- Humberto Luís Ferraz Antunes; -----

----- João Pereira Trezentos; -----

----- Joaquim dos Reis Gonçalves; -----

----- Jorge Manuel Reis Heleno; -----

----- José Custódio Ribeiro Faria; -----

----- José da Silva Pereira; -----

----- José Maria do Vadre Castelino e Alvim; -----

----- José Maria Henriques de Sousa; -----

----- Luís de Sousa e Silva; -----

----- Manuel Lourenço Dias; -----

----- Manuel Rodrigues Antunes; -----

----- Manuel Tavares Lopes; -----

----- Maria Natália de Sousa Freire Nunes; -----

----- Mário João de Oliveira Santos; -----

----- Natálio de Oliveira Reis; -----

-----Orlando Sérgio Palmeiro Calado Cavaco;-----

-----Sérgio Manuel Gameiro Fernandes;-----

----- Valdemar Pinheiro de Oliveira. -----

----- **GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA** -----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO**, em nome do Partido Socialista, apresentou o seguinte documento devidamente assinado por todos os membros constituintes do Grupo Municipal do Partido Socialista: “Os deputados Municipais do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Ourém, nos termos e para os efeitos do artigo 46º-B da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro e do Regimento da Assembleia Municipal de Ourém, bem como a Senhora Presidente da Junta de Freguesia e os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia abaixo assinados, associam-se para efeitos de constituir o Grupo Municipal do PS na Assembleia Municipal de Ourém, elegendo entre si a seguinte Direcção: -----

Representante do Grupo Municipal – **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO** -----

1º Vice-Representante do Grupo Municipal – **AVELINO DA CONCEIÇÃO SUBTIL** -----

2º Vice-Representante do Grupo Municipal – **MARIA AGRIPINA FERREIRA CARRIÇO LOPES VIEIRA”**

----- Ana Maria Pio da Costa Abreu de Sousa e Silva; -----

-----António Ribeiro Gameiro;-----

-----Avelino da Conceição Subtil;-----

----- Constantino da Graça Lopes; -----

----- Elias Dias da Silva; -----

----- Francisco Gonçalo Nunes André; -----

-----Joana Luísa Abreu de Figueiredo;-----

----- José Ferreira Vieira; -----

-----José Augusto Dias dos Reis; -----

----- Maria Agripina Ferreira Carriço Lopes Vieira. -----

----- **GRUPO MUNICIPAL DEMOCRATA CRISTÃO** -----

= **RUI PEDRO MARTO PEREIRA**, em nome do Partido Popular, apresentou o seguinte documento devidamente assinado por todos os membros constituintes do Grupo Municipal Democrata Cristão: “Ao abrigo do n.º2 do art. 46º-B da lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, vimos

comunicar a constituição do Grupo Municipal integrando os membros eleitos pelo Partido Popular CDS/PP. -----

Presidente – **RUI PEDRO MARTO PEREIRA** -----

Vice Presidente – **MARIA CELESTE GONÇALVES HENRIQUES.**” -----

----- **GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS** -----

----- **SÉRGIO JOSÉ FERREIRA RIBEIRO.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**03.02 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVA AO «REGULAMENTO DE INSTALAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE HOSPEDAGEM – ALTERAÇÃO», NOS TERMOS DA ALÍNEA A), DO N.º2, DO ART.º53º, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- Foi remetida, pelo Município, através do ofício número quinze mil seiscientos e dezanove, datado de vinte e oito de Outubro, do ano dois mil e cinco, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a vinte e seis de Outubro, do ano em curso, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos legais acima citados, a apreciação e votação da proposta de alteração do Regulamento citado em epígrafe – **ANEXO I**, tendo sido remetido antecipadamente um exemplar a cada um dos elementos constituintes do plenário. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos e não se registando qualquer pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**03.03 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVA AO «ESTATUTO REMUNERATÓRIO DAS EMPRESAS MUNICIPAIS», NOS TERMOS DA ALÍNEA L), DO N.º2, DO ART.º53º, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- Foi remetida, pelo Município, através do ofício número quinze mil setecentos e noventa e três, datado de quatro de Outubro, do ano dois mil e cinco, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a trinta e um de Outubro, do ano em curso, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos legais acima citados, a apreciação e votação da proposta relativa ao Estatuto Remuneratório das Empresas Municipais. -----

----- Aquando da apreciação desta questão em reunião camarária, o Senhor Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta: “As competências municipais têm sido progressivamente acrescidas. -----

A gestão do território, a ligação ao tecido económico, o maior envolvimento na problemática da educação, a intensa actividade cultural, entre muitas outras atribuições, têm levado a que tenhamos, ao longo do tempo procurado novas formas de gestão de alguns sectores da vida municipal. -----

Concessionámos o sistema de captação e distribuição de água, contratualizámos com o sector privado a recolha e tratamento de resíduos sólidos, participamos no sistema multi-municipal SIMLIS. -----

Criámos também duas empresas municipais que têm já hoje actividade importante, e, num futuro próximo, vão ver a sua actividade largamente acrescida. -----

A Verourém vai ter a seu cargo a gestão de todos os equipamentos culturais e desportivos do município e, para além de outras atribuições que já detém, vai ser responsável pela distribuição de refeições para as escolas e jardins de infância de toda a área do município. -----

A Ambiourém tem já a seu cargo os sistemas de saneamento, a assistência às escolas, a manutenção de jardins e espaços verdes e é nossa intenção que abarque, com a maior rapidez possível, toda a execução de obras por administração directa. -----

Pretendemos que estas duas empresas possam imprimir maior qualidade à prestação de alguns serviços que só o município deve efectuar, pretendendo nós que o faça desta forma delegada em empresa totalmente controlada pelo município. -----

O sucesso até aqui alcançado leva-nos a prosseguir com a actividade das empresas municipais. -----

No termos do nº. 3 do artigo 9.º da Lei nº. 58/98, de 18 de Agosto, os mandatos dos órgãos sociais das empresas municipais coincidem com os mandatos dos órgãos autárquicos, sem prejuízo da sua continuação em funções até à substituição. -----

Para que a Câmara possa proceder à nomeação, importa que, nos termos da alínea h) do artigo 16º. da mesma lei, se aprove o estatuto remuneratório dos respectivos titulares. -----

Nestas condições propomos o seguinte Estatuto Remuneratório, a submeter a aprovação da Assembleia Municipal: -----

- Presidente do Conselho de Administração- a tempo inteiro, com remuneração equiparada à de Director de Departamento na Câmara Municipal de Ourém, sem direito a verba para despesas de representação; -----

- Vogal do Conselho de Administração- representante do Executivo municipal não remunerado;

- Vogal do Conselho de Administração- com ¼ da remuneração de Director de Departamento na Câmara Municipal de Ourém. -----

O presente estatuto remuneratório será aplicado à Sociedade de Reabilitação Urbana da Cova da Iria, em fase de constituição.” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, verificaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **SÉRGIO JOSÉ FERREIRA RIBEIRO**, apresentou o seguinte documento: “Estaria de acordo com a proposta se ela, nos termos do exigido na alínea h) do 16º da Lei 58/98, propusesse o que propõe como estatuto remuneratório, porque quem trabalha tem de receber e me parecem razoáveis as referências adoptadas, embora o leque salarial me pareça excessivo. -----

Mas a proposta tem uma introdução e fundamentação de que discordo, e tem um acrescento que, tal como incluído na proposta, é prematuro e, no mínimo, arriscado. -----

Na verdade, se a Sociedade de Reabilitação Urbana da Cova da Iria vier a ser constituída, como se diz ser o caso por estar em fase de constituição, apenas se tomar a forma de empresa pública – e nada garante que o seja, até porque a criação de empresas municipais é da competência desta Assembleia Municipal, e pode vir a tomar a forma de capitais públicos ou de capitais maioritariamente públicos –, apenas nessa caso compete à Câmara propor e a esta Assembleia Municipal aprovar a proposta de estatuto remuneratório. -----

Pelo que votarei contra a proposta tal como fundamentada e pelos seus termos.” -----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO**, sublinhando a importância da existência de uma estreita ligação entre a Câmara Municipal e as Empresas Municipais, pretendeu saber se o Vogal do Conselho de Administração aludido na proposta será um Vereador, tendo sido respondido que no caso das Empresas Municipais provavelmente será a melhor opção a adoptar, já no que

respeita à Sociedade de Reabilitação Urbana da Cova da Iria terá de ser alguém qualificado na respectiva área, podendo não ser um Vereador. -----

----- **Não se registando mais nenhum pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com treze abstenções.** -----

----- Seguidamente, o membro da Assembleia Municipal, senhora **MARIA AGRIPINA FERREIRA CARRIÇO LOPES VIEIRA**, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, apresentou a seguinte declaração de voto: “Não pretendendo aqui e agora questionar nem a existência das actuais empresas municipais, nem a criação da futura, uma vez que se trata de uma decisão política da competência do executivo camarário, e que a seu tempo será problematizada, gostaríamos no entanto de tecer algumas considerações sobre o seu funcionamento. Antes de mais congratularmo-nos pelo facto de estar garantida uma maior coordenação entre a autarquia e as referidas empresas com a presença de um representante do Executivo Municipal no Conselho de Administração. Mas igualmente lembrar que as empresas municipais existem para servir as pessoas, função primeira e última, e nessa medida devem centrar a sua actuação na defesa dos interesses dos munícipes. Ora, para que esse nobre objectivo se concretize plenamente, entendemos que alguns cuidados devem ser tomados. Entendemos que se deve evitar a partidarização do conselho de administração das empresas municipais, escolhendo para a sua direcção as pessoas mais competentes, que provem possuir o curriculum mais adequado para o desempenho eficaz do cargo, que tanta importância pode assumir no dia-a-dia dos munícipes.” -----

----- **SÉRGIO JOSÉ FERREIRA RIBEIRO**, solicitou a palavra para alterar o sentido do seu voto, passando a abster-se. -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**03.04 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA PROCEDER À «1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DE RECEITA E DESPESA E 1ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E ACTIVIDADES MAIS RELEVANTES, PARA O ANO ECONÓMICO DE 2005», NOS TERMOS DA ALÍNEA B), DO N.º2, DO**

**ART.º53º, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----**

----- Foi remetida, pelo Município, através do ofício número quinze mil novecentos e setenta, datado de oito de Novembro, do ano dois mil e cinco, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a trinta e um de Outubro, do ano em curso, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos legais acima citados, a apreciação e votação da proposta relativa à primeira revisão ao Orçamento de Receita e Despesa e bem assim à primeira revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e Actividades mais Relevantes, para o ano económico de dois mil e cinco, sendo que a proposta de orçamento importa, tanto na receita, como na despesa num total de quatro milhões e novecentos mil euros (4.900.000,00€) – (vide processo devidamente arquivado). -----

----- Faz também parte deste processo uma Nota Introdutória subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara, a qual se passa a reproduzir: “O volume de investimento que foi levado a efeito nos últimos dois anos, a maior parte dele com apoio de fundos comunitários, associado a intervenções não previstas (ex: obras de saneamento em Fátima, candidatura aprovada para dotar os Jardins de Infância de acesso à Internet, obras em edifícios escolares, etc.) levaram a dificuldades de gestão do orçamento municipal. -----

É nestas circunstâncias que propomos a presente revisão que procura enquadrar também a criação de condições para alguns investimentos importantes e inadiáveis como o fornecimento de refeições às crianças do 1º Ciclo do Ensino Básico, a criação da Sociedade de Reabilitação Urbana da Cova da Iria e a aquisição de terreno para o Jardim de Infância de Ourém. -----

Esta revisão sustenta-se num esforço acrescido de obtenção de receitas que resultam de cobrança que está para além do previsto e também do financiamento privado para as obras do túnel junto à nova Igreja da Santíssima Trindade, em Fátima.” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, verificaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **SÉRGIO JOSÉ FERREIRA RIBEIRO**, apresentou o seguinte documento: “Nesta «revisão orçamental n.1 – ano económico de 2005», na documentação distribuída há o que, estando esclarecido, me levanta sérias reservas e há o que não está esclarecido. -----

Colocava uma série de questões: -----

- A justificação escrita de «*volume de investimento que foi levado a efeito nos últimos dois anos*», as «*intervenções não previstas (ex: obras de saneamento em Fátima, candidatura aprovada para dotar jardins de infância de acessos à Internet, obras em edifícios escolares, etc.)*» e «*a criação de condições para alguns investimentos importantes e inadiáveis como o fornecimento de refeições às crianças do 1º ciclo do Ensino Básico, a criação da Sociedade de Reabilitação Urbana da Cova da Iria e a aquisição de terreno para o jardim de Infância de Ourém*» e a justificação oral aqui feita que expressão têm nos valores propostos? -----  
 ... (salvo, claro, no etc. onde tudo cabe ...) -----
- Como é possível justificar-se a revisão com investimentos e, na revisão, as despesas de investimento serem de 56,1% do total fazendo baixar a percentagem das despesas de capital de 63,0% no orçamento inicial para 62,2% no revisto, ou, excluindo os 350.000 euros do empréstimo de curto prazo e a amortização, as percentagens serem de 52,7% na revisão e de 61,9 no orçamento revisto mantendo-se, obviamente, os 63,0% do orçamento inicial? -----
- Como se explica que as receitas correntes (impostos, taxas, vendas) subam 40,6% relativamente às previsões das respectivas rubricas? -----
- Que «*instituição sem fins lucrativos*» está na origem da «*transferência de capital*» de 2 milhões de euros que se junta ao empréstimo de curto prazo de 350.000 euros, já amortizado do lado da despesa? -----
- **Que explicação para a verba mais alta, de um milhão de euros (48,2% das despesas correntes e 22% da despesa total em reforço!), seja na rubrica «*recolha, tratamento e transporte de resíduos sólidos*» e represente mais 88% que a dotação inicial?** -----
- 278.250 euros de reforço na rubrica «*freguesias*» em «*transferências de capital*», representando 56,5% da dotação inicial, refere-se a que freguesias, a que obras e a que datas? -----
- A 2ª maior verba da despesa de capital, de 355.000 euros (17,8% da despesa de **capital** e 7,8% da despesa total em reforço), em ... «*outros*», sub-rubrica de «*instituições sem fins lucrativos*», resulta da operação que disponibilizou os 2 milhões de euros de receitas de capital, ou seja, levando «à cabeça» 17,8% destas e representando 7,8% da despesa total em reforço? -----

- Os 75.000 euros em «*outros*», sub-rubrica de «*juros e outros encargos*» em «*operações financeiras*», referem-se a que tipo de encargos? -----

- Ainda em «*operações financeiras*», mas agora do lado das despesas de **capital**, o activo financeiro de 250.000 euros, em «*sociedades e quase sociedades não financeiras-privadas*» corresponde a que operação?» -----

= **JOSÉ AUGUSTO DIAS DOS REIS**, corroborando algumas das dúvidas atrás transcritas, foi da opinião de que os documentos em questão não possuem o rigor suficiente que permita uma minuciosa apreciação. -----

= **MARIA CELESTE GONÇALVES HENRIQUES**, pretendeu saber qual o motivo subjacente ao aumento acentuado da rubrica *Titulares Órgãos de Soberania e Membros dos Órgãos Autárquicos*. -----

= **AVELINO DA CONCEIÇÃO SUBTIL**, pretendeu saber se esta revisão ao orçamento foi feita para enquadrar obras já executadas ou aquelas que se hão-de levar a efeito, tendo sido respondido que foi necessário avançar com algumas despesas originando a insuficiência de algumas rubricas que no momento carecem de dotação. -----

= **CARINA JOÃO REIS OLIVEIRA**, na qualidade de Representante do Grupo Municipal Social Democrata, apresentou o seguinte documento: “Portugal vive um momento de graves dificuldades e de muita apreensão no futuro, pois, como já nos habituamos, os limites do défice são sobejamente conhecidos e urge reduzir, reduzir, reduzir... Eu sou da geração do défice, nasci a ouvir falar da crise, hoje fala-se de crise e o futuro não parece promissor. -----

Haverá vida para além do défice? Tem que haver, tem mesmo que haver! Não podemos confundir a árvore com a floresta! -----

Temos no entanto que ser rigorosos e delimitar claramente opções. -----

Nesta complicada equação de obrigações, há no entanto variáveis que fogem por completo aos desígnios das autarquias, ainda assim, objecto de obrigatoriedade e cumprimento de responsabilidades. Falo por exemplo da disciplina do Inglês. -----

Se falar de educação poderá ser sempre uma eterna paixão, idealizar um sistema de educação e colocá-lo em pratica, será com certeza muito mais do que isso, especialmente num país como Portugal. -----

Mote de campanha eleitoral, enchia cartazes espalhados de norte a sul do país. -----

Os pais deste canteiro luso puderam imaginar a ferramenta vital que aparentemente estava a ser oferecida aos seus filhos, num tempo onde o sucesso e a integração no grande mercado global obriga a um esforço suplementar. Mas como tudo na vida, o pior é o mais mau. As autarquias encarregaram-se mais uma vez de suportar as promessas do poder central, dizendo Yes Minister, ao inglês para os meninos. -----

Registo com agrado as preocupações da Câmara Municipal nesta revisão orçamental, por exemplo com a inclusão das obras para a construção da cozinha central de fornecimento de refeições às crianças. Vai em concreto resolver um problema existente no concelho. A pedagogia da solidariedade social constrói-se e constata-se com soluções equilibradas entre as fronteiras do óptimo, do possível, do exequível e do tempo disponível. -----

Há que agarrar as oportunidades quando estas surgem. -----

Registo também a inserção de verba destinada à SRU, sociedade reabilitação urbana, para a cidade de Fátima. -----

Como fatimense desabafo o estado saturante a que se chegou com o crescimento desenfreado e, pode mesmo dizer-se caótico, no espaço que é o coração da cidade. -----

As preocupações tão específicas no âmbito do urbanismo e ordenamento do território são questões sérias demais para serem tratadas como quaisquer outras. A especificidade do local também assim o exige. -----

É tempo de nos próximos 4 anos se olhar de maneira diferente para aquilo que é diferente. De se fazer do espaço-cidade um verdadeiro habitat para quem vive e para quem vem, de refrear a Chico-espertice e de formatar as vistas e as mentalidades para as questões comuns. A urbanização pode ser um acto de amor, porque só se cuida e só se estima aquilo de que se gosta. -----

Neste âmbito a SRU vem reforçar competências, capacidades técnicas, de forma a aumentar a capacidade de resposta do município, perante a crescente exigência dos próprios munícipes e pretende dar cumprimento ao princípio da excelência. -----

Mas como tudo o que é bom na vida, o desenvolvimento exige que haja sacrifício, neste caso em forma de custos. -----

Vislumbram-se também no horizonte, algumas obras muito badaladas e desde há muito desejadas para o concelho. É o caso da beneficiação da E.N. 349 – que ao que sei irá ser

brevemente iniciada; e do IC9 – que também ao que consegui apurar está já em discussão pública. -----

As vias de comunicação são geradoras de desenvolvimento, de dinâmicas muito próprias. -----

Também a Câmara Municipal deve iniciar um novo ciclo de investimentos capazes de acompanhar desde logo, a dinâmica que este concelho tem exigido no espaço local e domínio urbano. -----

Vai-se tentando evitar crescer pauladas à crise que nos atormenta mas por vezes são inevitáveis. Os momentos de crise são de mais exigência às autarquias. -----

Ainda assim a Câmara Municipal conseguiu não deixar cair os projectos pensados e discutidos durante muitos anos. E esses projectos rapidamente se transformaram em obras, como foram o caso : -----

Um parque linear em Ourém -----

Piscinas de Caxarias -----

Estádio Municipal em Fátima -----

Mercado...-----

A dinâmica ao desenvolvimento não pode ficar por aqui, porque ainda agora começamos. -----

O futuro pede-nos e exige-nos continuidade. -----

Porque hoje em dia temos bens cada vez mais escassos. Um deles é o tempo. E, em certas situações, já não há tempo para perder mais tempo! -----

Considerando todas estas modificações, pela sua natureza, latitude e efeitos financeiros delas decorrentes, apenas poderão ser contempladas nos instrumentos de gestão financeira em vigor, ou seja pela figura da revisão. -----

Por agora, são estas as considerações que se nos oferecem.” -----

----- **Não se registando mais nenhum pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com oito votos contra e três abstenções.** -----

----- Seguidamente, foram apresentadas as seguintes declarações de voto: -----

= **ÂNGELA MARIA GASPARG DA SILVA PEREIRA MARQUES**, em nome do Grupo Municipal Social Democrata, apresentou o seguinte documento: “Exma Srª Presidente da Assembleia e restantes membros da mesa, -----

Exmo Sr. Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, -----

Caros colegas deputados municipais, -----  
 Comunicação Social e público presente, -----

É com muito orgulho que inicio activamente funções neste órgão concelhio, esperando corresponder ao que de mim se espera, a bem do concelho onde nasci e onde vivo. Quem me conhece sabe que não troco a minha terra por nenhuma outra, porque apesar de algumas lacunas (poucas) que é natural que encontre, é bem visível o progresso que foi alcançado e o «bem-estar» que se vive num concelho em que ainda se pode dizer que existe pleno emprego. Sem outro aparte, passo a apresentar a seguinte declaração de voto do Grupo Municipal do PSD, sobre o assunto aqui discutido. -----

Estamos perante uma revisão orçamental que normalmente não é apanágio dos executivos que têm passado pelo município. Este tipo de modificação é de facto excepcional, porém encontra-se previsto no POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais), sendo inclusive de número ilimitado. -----

Neste final de ano, o executivo camarário deparou-se, pelos documentos que analisámos, com a necessidade de reforçar rubricas da despesa, com o correspondente aumento do lado da receita (aumento esse sobre o qual já tivemos a oportunidade de ouvir a justificação por parte do Sr. Presidente da Câmara). -----

Houve com toda a certeza diversas razões que motivaram esta revisão e uma delas foi por certo o facto do governo ter determinado «em cima do ano lectivo», aulas de inglês para os alunos do 3º e 4º ano do 1º ciclo do ensino básico. Sim, porque não é de um momento para outro que situações devidamente previstas na lei como é o caso dos desdobramentos de horário, nas escolas de primeiro ciclo, se coadunam com uma situação imprevisível como esta. Felizmente, e no que concerne ao nosso concelho, tal só acontece na freguesia de Fátima, originado pelo crescimento tão acentuado da população nos últimos anos (note-se que de 1991 para 2001 houve um crescimento de 43% na população desta freguesia). Assim, entendeu e bem a autarquia, que os alunos de Fátima não poderiam ficar prejudicados por este motivo. Em boa altura foi adquirido o edifício dos Monfortinos que com a intervenção urgente que se encontra a ser realizada permitirá que 5 turmas passem aqui a funcionar de forma a permitir o ensino de Inglês. -----

Note-se que em termos de GOP's o maior aumento na despesa se refere a rubricas de «Saneamento e salubridade» com um reforço de cerca de um milhão e quinhentos mil euros. --

O orçamento sobre o qual foi agora votada a proposta de rectificação, foi aprovado em 10 de Dezembro do ano transacto, por este mesmo órgão, tendo na altura o Grupo Municipal do Partido Socialista votado contra. -----

A alegação para este sentido de voto foi, e passo a citar parte da argumentação, «*Quando se olha em termos plurianuais, a palavra certa é adiar, adiar, adiar. E porque não queremos um concelho adiado não podemos votar favoravelmente*». -----

Pois é, acontece que não se quis adiar, e como tal, obras como as que eram referidas como sendo da concordância da bancada socialista, avançaram mesmo. Torno a citar as palavras utilizadas então pelo Dr. José Fernandes e que dizia: «*Há com certeza obras nas quais nos revemos e que têm merecido o nosso apoio: Parque Linear, Oficinas da Câmara, Edifícios Multiusos nas Vilas, aquisição de terrenos e edifícios em sítios estratégicos como acontece hoje com a proposta de aquisição do edifício dos Padres Monfortinos, ou o terreno do Vilar; equipamentos desportivos como a Piscina de Caxarias ou o Complexo Desportivo de Fátima, terminal rodoviário, etc*». Se repararmos bem, somente o terminal rodoviário não avançou, pelo que sabemos, em virtude da não conclusão do projecto. -----

É muito fácil apresentar despesa de forma a não adiar projectos, mas um orçamento não vive sem a correspondente receita. Por isso é sempre essencial fazer planeamento. -----

Sendo este um ano excepcional no que concerne ao avanço de projectos-chave, e tendo em conta outras situações inadiáveis surgidas como já acima referenciamos, entendeu o grupo do PSD votar favoravelmente a revisão orçamental em apreço." -----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO**, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, apresentou o seguinte documento: "Ao longo do anterior mandato os Vereadores e os Deputados Municipais do PS acompanharam e fiscalizaram construtivamente a maioria do PSD, tendo se absterido ou votando contra os diversos orçamentos, por estes se encontrarem inflacionados pelo lado da receita e de assumirem sucessivamente taxas de execução muito abaixo do que era e é expectável. -----

Contudo, algumas obras foram-se fazendo com o nosso apoio e empenho e hoje já foram objecto de validação e juízo eleitoral por parte dos oureenses. -----

Hoje, dia 18 de Novembro, a cerca de 42 dias do final do ano civil e económico, o Senhor Presidente da Câmara e o PSD quer-nos fazer crer que só no dia 21 de Outubro deu ou deram pela falta gritante das verbas que permitam «*alguns investimentos importantes e inadiáveis*

*como o fornecimento de refeições às crianças do 1º ciclo do Ensino Básico, a criação da Sociedade de Reabilitação Urbana da Cova da Iria e a aquisição de terreno para o Jardim de Infância de Ourém»? Valha-nos Deus! -----*

Mas que verdade querem V. Exas. Enfiar pelos olhos a dentro dos eleitores deste Concelho? A verdade que se não for aprovado este exercício comprovativo de má gestão orçamental, estes encargos não têm cobertura orçamental? -----

Então onde estão os apregoados «Rigor e Competência»? Então os senhores assumem por escrito que assumiram encargos para os quais não tinham a devida cobertura orçamental em violação de todo o acervo legal da realização da despesa pública? -----

Esta primeira Revisão Orçamental do ano económico de 2005 e dos últimos 10 anos, demonstra bem ao estado em que a gestão da nossa Câmara Municipal chegou: endividada até ao limite, inventa agora receitas para poder dar cobertura a despesa e a mais despesa! ----

Quanto às receitas, ficámos agora a saber que afinal os cerca de 2,5 milhões de euros de financiamento privado assumido pela Reitoria do Santuário de Fátima não se destinam ao pagamento das expropriações, mas são em grande parte para financiar o túnel junto à nova Igreja da Santíssima Trindade, 2 milhões de euros! Mas, então, fica a dúvida de quem pagará as expropriações e o alargamento da Avenida? -----

Senhora Presidente, caros colegas Deputadas e Deputados, com boa vontade lá poderemos perceber e entender esta manobra orçamental de tentar tapar a cabeça, mas estamos a destapar os pés. Não tenhamos ilusões! A prazo e a continuar a ser gerida assim, a CMO será ingovernável, estará falida! Não tenhamos dúvidas! -----

Gostávamos de perceber qual foi o facto que impendeu sobre a rubrica de recolha, tratamento e transporte de resíduos sólidos, para que em 2005 a Câmara Municipal tenha que gastar cerca de 50% a mais do que pagou e gastou em 2004? Ou cerca de mais meio milhão de euros em rubricas «outros»? Outros e outros já por cá passaram mas nunca assistiram a nada como isto! Esta é que é a verdade! -----

Mais 292.000 euros em viação rural e mais 448.750 euros de despesa nos sistemas de drenagem de águas residuais, onde, quando e para quê? E aquela despesa com Sociedades quase financeiras de 250.000 euros, a que se destina? -----

Curiosamente nem uma migalha a mais para as obras nas sedes de Junta de Freguesia que tanto precisamos nalgumas freguesias, ou de reforço das transferências para investimentos destas tão sempre pretendidos, solicitados e necessários! -----

Quando, como antes de ontem tanto se proclamou contra o Governo e a sua política de contenção orçamental, em Ourém os autarcas não se podem queixar! Duma penada dão razão ao Ministro das Finanças demonstrando que este sabe do que diz, uma vez que as verbas do Imposto Municipal sobre Imóveis e sobre transmissão onerosas destes crescem mais 1.250.000€ sem a Câmara nada faça! Já agora, gostávamos de saber qual é o montante da receita efectivamente percebida até 30 de Outubro de 2005, para averiguar da veracidade destes números, gordos demais para serem verdadeiros! -----

E a derrama, como podemos nós perceber que o líder do PSD, qual profeta da desgraça, anuncie a crise e se esqueça que em Ourém as empresas pagam mais cerca de 250.000€ de derrama do que em 2004? Afinal no orçamento da CMO parece que a economia real está a crescer e muito! Haja decoro, Senhor Presidente! -----

Com esta Revisão Orçamental cai a máscara da gestão rigorosa, cai a máscara da desfaçatez a que chegou o PSD, de vir a esta Assembleia Municipal induzir em erro as populações afirmando haver um aumento de receita exponencial, quando de verdade se limitam a gastar mais e sempre mais, sem critério e ao que parece também sem fundamento sério e credível ou mesmo com sérias dúvidas de legalidade! -----

Nestes termos, votamos contra! Contra a mentira e os orçamentos de faz de conta do PSD e da maioria que o suporta.” -----

= **SÉRGIO JOSÉ FERREIRA RIBEIRO**, apresentou a seguinte declaração de voto: “Votei contra a revisão também porque não me foi possível votar contra o orçamento que está na origem da revisão e que está tão pouco rigoroso.” -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**03.05 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA PROCEDER À «CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO, NO VALOR DE 912.776,42€, PARA PROJECTOS CO-FINANCIADOS PELA UNIÃO EUROPEIA ATRAVÉS DO EIXO I DO PORLVT», NOS TERMOS DA ALÍNEA D), DO N.º2, DO ART.º53º, DA LEI**

**N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- Foi remetida, pelo Município, através do ofício número dezasseis mil e cinco, datado de oito de Novembro, do ano dois mil e cinco, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a vinte e seis de Outubro, do ano em curso, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos legais acima citados, autorização para proceder à contratação de empréstimo junto da Caixa Geral de Depósitos, no valor de novecentos e doze mil setecentos e setenta e seis euros e quarenta e dois cêntimos, pelo prazo de dezassete anos, mais três anos de carência, para projectos co-financiados pela União Europeia através do Eixo I do PORLVT. -

----- Em cumprimento do disposto do número sete, do artigo quinquagésimo terceiro do diploma legal acima referido, foi ainda remetido o documento de notificação da decisão das candidaturas referentes aos projectos a financiar e bem assim as propostas apresentadas pelas instituições bancárias consultadas, (ver processo devidamente arquivado). -----

----- A contratação do empréstimo em questão tem como finalidade o financiamento dos seguintes projectos: -----

- Despoluição das bacias hidrográficas do Rio Lis e Ribeira de Seiça – Bacia 47 – Sub-bacia 9 (parte) – Projecto n.º MT/1.2/037 (cinquenta mil quatrocentos e quarenta e seis euros e noventa e um cêntimo, 50 446,91€); -----

- Despoluição das bacias hidrográficas do Rio Lis e Ribeira de Seiça – Bacia 47 – Sub-bacias 1 a 6 – Projecto n.º MT/1.2/040 (quatrocentos e quinze mil oitocentos e setenta e nove euros e quarenta e oito cêntimos, 415 879,48€); -----

- Despoluição da Ribeira de Seiça – Bacia 51 – Projecto n.º MT/1.2/041 (quatrocentos e quarenta e seis mil quatrocentos e cinquenta euros e três cêntimos, 446 450,03€). -----

----- **Aberto o período de pedido de esclarecimentos e não se registando qualquer pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.** -----

----- De seguida, o membro da Assembleia Municipal, senhora **JOANA LUÍSA ABREU DE FIGUEIREDO**, apresentou, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, a seguinte declaração de voto: “O processo de infra-estruturação básica do território, em particular no domínio do saneamento básico, contribui de forma decisiva para a melhoria das condições

sócio-económicas e da qualidade de vida das populações e para a valorização e protecção ambiental. -----

O Grupo Municipal do P.S., com assento nesta Assembleia, vê como fundamental a concretização de medidas que permitam um desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida das populações do Concelho de Ourém, constituindo a despoluição das bacias hidrográficas do Rio Lis e da Ribeira de Seiça um importante passo para responder àquela que é uma necessidade básica dos nossos munícipes, há muito almejada. -----

A contratação deste empréstimo parece-nos, nessa medida, necessária, o que motiva o sentido de voto do Grupo Municipal do P.S..” -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**03.06 – ELEIÇÃO DE «UM REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA DO MUNICÍPIO NA ASSEMBLEIA DISTRITAL E OUTRAS REPRESENTAÇÕES» – NOS TERMOS DA ALÍNEA B), DO ART.º2º, DO DECRETO-LEI N.º5/91, DE 8 DE JANEIRO.** -----

----- Seguidamente e no âmbito dos termos legais acima citados, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou de que o plenário deve proceder à eleição de um Presidente de Junta de Freguesia que representará as dezoito Juntas de Freguesia do concelho nas reuniões da Assembleia Distrital, bem como em outras situações que envolvam idêntica representatividade. -----

----- Questionados os Representantes dos Grupos Municipais, com assento neste Órgão, verificaram-se as seguintes intervenções: -----

= **CARINA JOÃO REIS OLIVEIRA**, na qualidade de Representante do Grupo Municipal Social Democrata, apresentou a seguinte lista denominada de Lista A “ -----

- Presidente da Junta de Freguesia de Matas, senhor Manuel Rodrigues Antunes; -----

- suplente – Presidente da Junta de Freguesia de Fátima, senhor Natálio de Oliveira Reis. -----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO**, na qualidade de Representante do Grupo Municipal do Partido Socialista, apresentou o seguinte documento: “O grupo parlamentar do PS apresenta como candidata a representante das Juntas de Freguesia do Município na Assembleia Distrital e outras representações, a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Gondemaria, a Dr.ª

Ana Maria Pio da Costa Abreu de Sousa e Silva e como suplente o senhor Presidente de Alburitel, Elias Dias da Silva.” – denominada de Lista B. -----

----- De seguida procedeu-se à respectiva votação, por escrutínio secreto, tendo-se apurado os seguintes resultados: -----

----- **Número de votantes – trinta e sete (37)** -----

----- **Lista A – vinte e quatro votos (24)** -----

----- **Lista B – doze votos (12)** -----

----- **Branco – um voto (01)** -----

----- **Verificados os resultados, foi eleito por maioria o Presidente de Junta da Freguesia de Matas, senhor MANUEL RODRIGUES ANTUNES, sendo o Presidente de Junta da Freguesia de Fátima, senhor NATÁLIO DE OLIVEIRA REIS o respectivo substituto legal.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

\*\*\*\*\*

\*\*\*

### **03.07 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.**-----

-----A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, verificando a presença de público na sala, informou de que poderiam intervir, bastando, para o efeito, proceder à sua inscrição, tendo-se verificado as seguintes intervenções: -----

= **RUI PEDRO MARTO PEREIRA**, na qualidade de munícipe e gestor no ramo da hotelaria, realçou a necessidade e importância da intervenção da Câmara Municipal na promoção do turismo. -----

Foi ainda da opinião de que neste âmbito a Região de Turismo não está a exercer devidamente a sua função. -----

-----Tomando a palavra, o Senhor Presidente da Câmara esclareceu que o município está a promover o turismo pois as verbas geridas pela Região de Turismo são pertença daquele primeiro. -----

= **JOSÉ AUGUSTO DIAS DOS REIS**, na qualidade de Presidente quer da Comissão de Pais do Jardim de Infância do Sobral quer da Comissão de Melhoramentos de Sobral e Matas e atendendo a que presentemente é esta Comissão que serve as refeições tanto ao Jardim como ao Primeiro Ciclo, questionou quem é que futuramente passaria a prestar estes serviços uma vez que foi manifestada a intenção de se edificar uma cozinha central. -----

\*\*\*\*\*

\*\*\*

----- Concluída a Ordem de Trabalhos desta sessão extraordinária, a Senhora Presidente da Assembleia deu esta por encerrada, pelas dezassete horas, da qual, para constar, se lavrou a presente acta que, depois de aprovada, vai ser assinada pelos Senhores Presidente da Assembleia Municipal e Primeiro Secretário.-----

-----A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O PRIMEIRO SECRETÁRIO